

RELATÓRIO FAVORÁVEL À LIVRE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 25/2025

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório trata da análise do Projeto de Resolução nº 25/2025, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Apucarana, que autoriza o Poder Legislativo a celebrar convênios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com o objetivo de ceder espaço físico em suas dependências para a realização de atendimentos gratuitos à população em áreas como Direito, Psicologia, Serviço Social, Saúde, entre outras.

II. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A proposta **não institui novos cargos, não gera despesas com pessoal e tampouco implica na criação de novos encargos financeiros diretos para o Legislativo.** A cessão de espaço físico, objeto central da proposta, será feita em caráter gratuito às instituições parceiras, limitando-se à infraestrutura **já existente nas dependências da Câmara.**

Cabe destacar que os atendimentos serão realizados por estudantes de graduação, supervisionados por professores ou profissionais designados pelas instituições conveniadas, o que exime a Câmara de qualquer custo com remuneração ou contratação de pessoal.

Do ponto de vista orçamentário, eventuais despesas operacionais mínimas, como uso de energia elétrica, internet ou materiais de apoio, **já são de responsabilidade da Câmara em sua rotina administrativa e não demandarão suplementações orçamentárias específicas, tampouco impacto significativo no orçamento anual.**

Ademais, a proposta pode, inclusive, **representar uma forma indireta de economia ao Município,** na medida em que contribui para a ampliação do acesso da população a serviços essenciais sem a necessidade de ampliação direta de políticas públicas via Executivo, utilizando-se da estrutura da Câmara e da colaboração de instituições de ensino como agentes de atendimento comunitário.



Importa frisar que a futura regulamentação do projeto pela Presidência da Câmara permitirá o controle e a definição de critérios para celebração dos convênios, resguardando os princípios da economicidade, da eficiência e da legalidade, conforme preceitua o artigo 37 da Constituição Federal.

III. CONCLUSÃO

Diante da análise técnico-financeira realizada, conclui-se que o Projeto de Resolução nº 25/2025 não apresenta impacto orçamentário significativo e está em conformidade com os princípios da boa gestão pública.

Portanto, esta Comissão de Finanças, Economia e Orçamento emite **parecer favorável à livre tramitação** do Projeto de Resolução nº 25/2025, considerando-o pertinente, econômico e alinhado aos objetivos institucionais da Câmara Municipal de Apucarana.

VEREADOR MOISÉS TAVARES

Relator da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento

